

Câmara de Albufeira reafirma posição contra exploração de petróleo e gás natural

18 de Março, 2016

A Câmara Municipal de Albufeira foi uma das 16 autarquias algarvias que, por unanimidade e representadas pela Comunidade Intermunicipal do Algarve (AMAL), decidiram recorrer à via judicial para, se necessário, impedir a consumação dos contratos de prospeção e exploração de petróleo e gás natural assinados para a região.

Carlos Silva e Sousa, presidente da autarquia, reafirma a sua posição através de uma declaração política, onde dá a conhecer os argumentos apresentados pela empresa Portfuel, a favor da exploração que justificam através de um artigo técnico-científico. Para o autarca, “o artigo não resolve a questão quanto à compatibilidade com as atividades primeiras do Algarve, o turismo, as pescas, a agricultura; à qualidade ambiental, que se quer sempre a melhorar; e à vantagem para a população algarvia”.

O presidente da Câmara defende que a exploração “nada acrescenta de valor ao Algarve, uma região de grande potencial de criação de riqueza e com identidade própria”. Carlos Silva e Sousa salienta ainda que “o ambiente no Algarve é ótimo e todas as opções políticas e técnicas a tomar passam sempre pela sua defesa”.

Embora o território de Albufeira esteja fora da concessão, Carlos Silva e Sousa considera que o interesse do Algarve tem que ser defendido intransigentemente por todos os autarcas: “Estando todos os municípios algarvios de acordo que a exploração de hidrocarbonetos no Algarve é contrária aos interesses das populações que representam, não percebo como é que o Estado pode justificar não estar a agir contra o interesse público. Está em causa uma atividade económica de interesse nacional que é o turismo e que, como tal, deve ser defendida por todos os autarcas algarvios”, concluiu o autarca.